

AVALIAÇÃO DO QVT NA CONTEXTUALIZAÇÃO DA QUILOMBAGEM AMAZONICA COM FAMÍLIAS QUILOMBOLAS PRODUTORAS DE FARINHA DE MANDIOCA

Crystiane Amaral Coutinho

Universidade Federal do Pará-UFPA
krys.coutinho@gmail.com

Natanielle Ribeiro Guedes de Oliveira

Universidade Federal do Pará-UFPA
natanielle83@gmail.com

Harley dos Santos Martins

Universidade Federal do Pará-UFPA
harleymartins@yahoo.br.com.br

Marinalva Cardoso Maciel

Universidade Federal do Pará-UFPA
marinalvamaciel@gmail.com

RESUMO

O estudo avaliou a qualidade de vida no trabalho (QVT) de famílias quilombolas na Amazônia Paraense, focando na agricultura de subsistência, especialmente na produção de farinha de mandioca. Por meio de uma abordagem qualitativa, incluindo revisão sistemática e meta-síntese, foram analisados dados de 46 participantes. Os resultados revelaram que o trabalho manual limita a produção, o baixo nível de escolaridade dificulta o desenvolvimento agrícola e a falta de políticas públicas compromete a infraestrutura rural, prejudicando o beneficiamento dos produtos. Esses desafios evidenciam a necessidade urgente de implementar estratégias que melhorem a QVT dos trabalhadores em quilombos amazônicos e promovam um desenvolvimento sustentável na região. A adoção de políticas públicas direcionadas pode transformar as condições de trabalho, proporcionar educação adequada e fortalecer a produção agrícola, melhorando assim a qualidade de vida das comunidades quilombolas.

Palavras-chave: quilombagem; qualidade de vida do trabalhador; tripé da sustentabilidade.

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS): 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, o movimento quilombola no Brasil tem se consolidado de maneira significativa, ampliando sua representatividade em diversas esferas, como social, econômica, cultural, organizacional e política. Essa atuação é fruto da crescente organização das comunidades quilombolas, que, ao longo dos anos, têm se esforçado para fortalecer sua identidade, reivindicar seus direitos e preservar suas tradições.

Um aspecto notável desse processo é a influência positiva do conhecimento científico na organização quilombola. Os remanescentes dessas comunidades têm se apropriado dos benefícios resultantes de intensas lutas por inclusão acadêmica e social. Um exemplo emblemático desses avanços é a implementação de políticas afirmativas, como a Lei 12.711/2012, mais conhecida como a Lei de Cotas. Essa legislação estabelece a reserva de vagas em instituições de ensino superior, como é o caso da Universidade Federal do Pará (UFPA), que garante as políticas de inclusão e afirmativa que são destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, com foco especial em povos e comunidades tradicionais, incluindo os quilombolas.

Essas conquistas não apenas garantem maior acesso à educação superior, mas também promovem a valorização da cultura e da história quilombola, assegurando que suas vozes e realidades sejam ouvidas e respeitadas na sociedade brasileira. Através da educação, os quilombolas têm conseguido desenvolver projetos e iniciativas que fortalecem suas comunidades, impulsionam sua autonomia econômica e promovem a preservação de suas tradições culturais.

Além disso, a crescente conscientização e mobilização em torno das questões quilombolas têm fomentado um ambiente de diálogo e colaboração com instituições acadêmicas e organizações governamentais, não governamentais e sociedade. Essa dinâmica cria oportunidades para a troca de saberes e experiências, contribuindo para a construção de um conhecimento inclusivo que respeita e valoriza as particularidades das comunidades.

Em suma, o movimento quilombola no Brasil está em um processo de reafirmação e fortalecimento, pautado pela luta incessante por direitos, igualdade e reconhecimento.

À medida que suas vozes se tornam cada vez mais proeminentes nas discussões sobre políticas públicas e sociais, é essencial continuar apoiando essa trajetória e promover iniciativas que garantam o respeito à identidade e aos direitos dos quilombolas, assegurando que sua história e contribuição para a sociedade brasileira sejam sempre valorizadas.

Os quilombos brasileiros têm sido analisados por diversos pesquisadores e estudiosos, como Clóvis Moura, que abordam a temática sob a perspectiva negra da quilombagem brasileira. Lélia Gonzalez, uma proeminente escritora brasileira, fundamenta suas reflexões nos estudos de Moura para aprofundar sua compreensão sobre a essência do quilombo. Além disso, manifestantes contemporâneos também contribuem para o debate, enriquecendo a discussão sobre o legado e a importância dessas comunidades.

A origem da palavra quilombo, conforme descreve Da Silva (2020), tem origem no continente africano, derivada da língua *umbundu* falada pelo povo *ovimbundu*. Segundo Munanga (2001), referenciado por Da Silva et al. (2020), o significado de quilombo é “*associação de homens, aberta a todos sem distinção*”. Termos como aquilombar, quilombagem, aquilombamento, quilombolismo, resistência quilombola e outros, também são utilizados no movimentos quilombolas, seja para explicar através dos estudiosos e pesquisadores, quer seja utilizada pelos manifestantes.

Conforme descrito por Coutinho (2024), existem algumas diferenças entre a quilombagem proposta por Clóvis Moura e a quilombagem amazônica. A autora apresenta algumas dessas diferenças, mencionando que a quilombagem em quilombos amazônicos, é resultado do trabalho de pesquisadores como Marin (2000), Lima (2002) e Silva (2020), que se dedicam na pesquisa das origens dos quilombos no Estado do Pará, especialmente no município de Acará.

Segundo Moura (2002) e outros autores os quilombos brasileiros são movimentações de resistência, organizadas, de negros e negras de origem africana que foram introduzidos no Brasil colonial para trabalhar em diversas áreas, incluindo a agricultura. A experiência agrícola adquirida na África, como homens e mulheres livres,

e no Brasil, como pessoas escravizadas, contribuiu para a subsistência das comunidades quilombolas. Hoje, os remanescentes quilombolas ainda praticam atividades herdadas de suas gerações ancestrais.

Com o exposto, o presente estudo pretende investigar quais os impactos da qualidade de vida no trabalho das famílias que vivem em quilombos amazônicos, com foco na agricultura de subsistência e na produção de produtos derivados da mandioca, como a farinha?.

O quilombo em questão, está localizado na região amazônica paraense, conhecido como Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA), situada na zona rural do município de Acará, estado do Pará.

A qualidade de vida dos trabalhadores e trabalhadoras rurais em quilombos é um tema relevante, digno de atenção em diversas áreas de estudo, como sociologia, antropologia, estudos de gênero, direitos humanos e saúde pública. Esta questão abrange múltiplos aspectos, incluindo a valorização da cultura e da identidade, desigualdades de gênero e raça, direitos e políticas públicas, saúde e bem-estar, economia e sustentabilidade, empoderamento e liderança, além das histórias e narrativas dessas comunidades.

Ao investigar a qualidade de vida das famílias que produzem em quilombos, podemos aprofundar nossa compreensão das desigualdades sociais e propor soluções que promovam a justiça social, a igualdade e o bem-estar dessa população resiliente.

O estudo inclui uma pesquisa de campo realizada em junho de 2023, com o objetivo de proporcionar uma visão baseada em evidências científicas e permitir reflexões sobre a qualidade de vida das famílias participantes, além de sugerir possíveis melhorias por meio da metodologia 5W1H.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Quilombagem Amazônica

A quilombagem é uma construção teórica desenvolvida por Clóvis Moura e outros pesquisadores brasileiros, que abordaram e contextualizaram esse conceito, enfatizando a importância de dar voz aos negros e negras oriundos da África, forçados a trabalhar sob o sistema escravagista. A quilombagem emerge como uma forma de resistência e sobrevivência, refletindo a luta histórica pela liberdade. Reconhecida como teoria Mouriana nas Ciências Humanas, essa abordagem está intimamente ligada às tradições de resistência africana durante o Brasil Colonial, tendo seu desenvolvimento iniciado em 1977, quando Moura e seus colaboradores começaram a investigar a Quilombagem Organizacional e o surgimento e comportamento dos quilombos brasileiros.

O processo de colonização revelou-se opressivo, afetando não apenas os indígenas, mas também os africanos, desencadeando uma série de práticas que desconsideravam suas identidades e saberes. Essa opressão, vivenciada pelos negros e negras de origem africana, fortaleceu a mobilização para a construção da Quilombagem, conforme mencionam Teixeira e Amoras (2022) e Moura (2001).

A quilombagem brasileira, concebida por Clóvis Moura e outros autores, retrata o movimento quilombola no Brasil, que teve início nas manifestações de resistência de homens e mulheres negros oriundos da África contra o sistema de escravidão durante o período colonial. Esse movimento se estendeu ao longo do processo de abolição da escravidão e perpassa até os dias atuais.

No que se refere à quilombagem nos quilombos amazônicos, Coutinho (2024), menciona que essa temática resulta da contribuição de pesquisadores e pesquisadoras como Marin (2000), Lima (2002), Silva (2020) e outros, que se dedicam a contextualizar a origem dos quilombos no Estado do Pará e em particular no município de Acará. Vale registrar que existe algumas diferenças entre quilombagem de Clóvis Moura, e a quilombagem amazônica.

Falar sobre a quilombagem amazônica é poder refletir sobre os seus sujeitos ativos, homens e mulheres de origem negra africana, que buscavam a liberdade em meio

a fuga para longe das opressões vividas na situação de escravizados. Segundo, Marin (2000) citando Acevedo (1992) “(...) quilombos para além da caracterização, como formados apenas por escravos negros fugidos, reuniam índios e ambos eram seduzidos e compartilhavam idéias de liberdade.” Com a participação de discentes quilombolas e indígenas na academia, ocasiona uma valiosa contribuição para a forma como escrevemos e pensamos sobre esses temas. Por exemplo, em vez de utilizar a expressão ‘escravos negros’, adotamos ‘negros de origem africana que foram escravizados’, e em vez de ‘índios’, preferimos ‘indígenas’. Essas mudanças no letramento ajudam a contextualizar o movimento e a vivência daqueles que realmente fazem parte de coletivos originários e tradicionais, enriquecendo a nossa compreensão da história e da identidade desses grupos.

A Quilombagem na Amazônia representa a resistência dos negros africanos que assimilaram técnicas de sobrevivência dos indígenas, celebrando a diversidade cultural originária. A colonização europeia não apenas desumanizou indígenas e africanos, mas também impôs múltiplas formas de opressão, como destacam Teixeira e Amoras (2022).

Segundo Moura (1981, 2001, 2020), a quilombagem é um processo social dinâmico. Estudos de Silva (2020) e Medeiros e Garvey (2021) indicam que esse processo está presente na Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA). Esses remanescentes têm buscado a titulação definitiva de suas terras desde 2009 e mantêm um sistema de produção baseado no trabalho familiar, que carrega um profundo significado de pertencimento e valores ancestrais.

Atualmente, as comunidades quilombolas e associações culturais ligadas a minorias e etnias têm se organizado e aperfeiçoado suas atuações, adaptando-se ao presente. Embora os grupos observados por Clóvis Moura em sua época não apresentassem a figura de um agente administrador, hoje, em alguns quilombos, essa presença se torna essencial para viabilizar a atuação das organizações (Couto e Lima, 2016).

O vínculo de pertencimento entre os remanescentes de quilombola da AMARQUALTA fortalece os laços materiais e imateriais de identidade com seu

território, que se torna uma extensão de seu corpo e alma, garantindo a troca de valores entre as gerações. Essa conexão não apenas preserva a herança cultural, mas também sustenta a luta pela valorização e reconhecimento das comunidades quilombolas na contemporaneidade.

2.2 Comunidade Quilombola

As comunidades quilombolas são definidas por critérios de auto definição, relações territoriais específicas e ancestralidade negra ligada à resistência à opressão histórica. Apesar das dificuldades econômicas e sociais enfrentadas, essas comunidades desenvolveram redes de relações socioculturais, econômicas e políticas, utilizando estratégias de subsistência diversificadas para manter suas famílias e cultura. Atualmente, essas comunidades são reconhecidas como quilombolas e possuem direitos legais à terra, amparados por leis como o Decreto nº 4.887/2003, segundo Ferreira (2020).

Ainda em relação as comunidades quilombolas, percebe-se até hoje a importância dos roçados, sistemas tradicionais de produção agrícola baseados na prática de corte e queima, para a manutenção da agrobiodiversidade e a cultura das comunidades quilombolas na Amazônia. Esses sistemas, além de promoverem a domesticação de espécies com interesse humano através de seleção e hibridização, contribuem significativamente para a diversidade genética local, exemplificada pela grande variedade de mandioca cultivada Souza (2023). A cultura da mandioca, juntamente com outros cultivos como milho, abacaxi e melancia, não apenas sustenta a base alimentar dessas comunidades, mas também reforça suas práticas culturais e sociais, como festividades e mutirões de plantio e colheita, que também são práticas ancestrais.

Por conta disso as comunidades desempenham um papel vital na conservação da agrobiodiversidade através de práticas de manejo, troca e replantio de espécies, enfrentando desafios como a expansão de monoculturas e a necessidade de preservação do patrimônio genético agrícola Souza (2023).

Também pode-se verificar que houve um expressivo crescimento de pesquisas sobre comunidades quilombolas no Brasil, especialmente a partir do ano 2000, com a

maioria dos estudos realizados por pesquisadores nacionais (MACEDO; 2020). Apesar das condições desfavoráveis em muitos aspectos, como infraestrutura, educação, moradia, renda e baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), algumas comunidades quilombolas estão criando novos contextos sociais baseados em ações afirmativas que valorizam sua cultura, história e memória (MACEDO; 2020). Por conta disso, percebe-se a importância de reconhecer esses elementos culturais, sociais e econômicos para a vida dessas comunidades. Pesquisas que registram e legitimam esses valores contribuem significativamente para o fortalecimento comunitário e o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas (MACEDO; 2020).

2.3 Tripé de Sustentabilidade

O conceito de Tripé de sustentabilidade, conhecido como "Triple Bottom Line" e proposto por John Elkington em 2001, enfatiza a importância de equilibrar a prosperidade econômica, a preservação ambiental e a equidade social, buscando promover um desenvolvimento equilibrado. Essa noção de responsabilidade ampliada ganha cada vez mais adeptos globalmente, refletindo o desejo coletivo por um futuro mais promissor. (COSTA, 2021).

Nesse contexto, a adoção desse tripé não apenas favorece uma operação mais responsável e sustentável, mas também pode trazer benefícios significativos tanto para as empresas quanto para comunidades específicas, como as quilombolas, sendo particularmente vantajosa para estas comunidades que frequentemente enfrentam desafios socioeconômicos e ambientais (SILVA, 2021; STURZA, 2021).

As práticas sustentáveis podem ajudar a proteger e restaurar os ecossistemas locais, essenciais para a manutenção do modo de vida quilombola, que muitas vezes depende diretamente dos recursos naturais (SILVA, 2021; STURZA, 2022; BENINCA, BONATTI, 2020). Iniciativas econômicas sustentáveis podem oferecer novas oportunidades de renda para as comunidades quilombolas, respeitando sua cultura e modo de vida. Isso pode incluir o desenvolvimento de produtos artesanais, turismo comunitário ou agricultura sustentável (SILVA, 2021; STURZA, 2022; BENINCA, BONATTI, 2020).

A integração do pilar social promove a inclusão, a equidade e o fortalecimento das comunidades quilombolas. Projetos desenvolvidos em parceria com essas comunidades podem melhorar o acesso à educação, saúde e infraestrutura, além de valorizar e preservar as tradições culturais (SILVA, 2021; STURZA, 202; BENINCA, BONATTI, 2020).

O desenvolvimento sustentável, apesar de suas críticas, tem sido um pilar na formulação de políticas ambientais brasileiras, principalmente no que se refere a comunidades de povos originários e comunidades quilombolas (DOURADO, 2023; SILVA, 2021; STURZA, 2021).

2.4 Qualidade de Vida no Trabalho

A Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) é um conceito de grande abrangência, que engloba diversos elementos nos quais as necessidades humanas são abrangidas e dissecadas perante a ótica da esfera profissional. Para Fernandes (1996), a QVT é uma gestão dinâmica e contingencial de fatores físicos, tecnológicos e sociopsicológicos que afetam a cultura e renovam o clima organizacional, refletindo-se no bem-estar do trabalhador e na produtividade das empresas, englobando, além de atos legislativos a favor desse trabalhador, o atendimento a necessidades e aspirações humanas, fundamentada na ideia de humanização do trabalho e nas responsabilidades sociais da empresa.

Outrossim, a QVT é afetada por um conjunto de variáveis independentes, expressas por um conjunto de normas, diretrizes e regras que são criadas para ofertar condições de bem-estar individual e coletivo, representado pelo desenvolvimento pessoal dos trabalhadores e o exercício da cidadania organizacional nos ambientes de trabalho (Ferreira, 2016). Dessa forma, o recurso epistemológico e metodológico consiste em colocar os trabalhadores no centro do processo de promoção da QVT e, ainda, retirar os pontos geradores de mal-estar no trabalho, agindo em cinco categorias interdependentes: condições de trabalho (infraestrutura), organização do trabalho, relações socioprofissionais de trabalho, reconhecimento e crescimento profissional e elo trabalho-vida social (KUHN, 2020; PEREIRA, 2022).

Conforme preconiza Campos (1992), um dos mais importantes conceitos dos programas de qualidade está na premissa de que somente se melhora o que se pode medir e, portanto, é preciso medir para melhorar. Deste modo, é importante avaliar de forma sistemática a satisfação dos profissionais da empresa, no caso em tela, dos produtores rurais de mandioca, pois nesse processo de análise voltada para o cenário interno, as sondagens de opinião são uma importante ferramenta para identificar a percepção dos trabalhadores a respeito de fatores que influenciam na qualidade de vida e na organização do trabalho. Informações acerca do posicionamento do funcionário em relação ao posto de trabalho ocupado, ao ambiente, às formas de organização do trabalho e à relação chefia/ subordinado são fatores que influenciam diretamente na qualidade de vida no trabalho (KUHN, 2020; PEREIRA, 2022).

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo com base na revisão sistemática da literatura, envolvendo a pesquisa empírica, utilizando as metodologias exploratória e descritiva. Qualitativa. Que utiliza as seguintes técnicas e procedimentos: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e questionário online para possíveis participantes, através da plataforma WhatsApp.

3.1 Universo e Amostra:

A Fundação Cultural Palmares reconheceu o quilombo objeto deste estudo como a Comunidade Quilombola do Alto do Acará. Juridicamente, essa comunidade é identificada como a Associação dos Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA), que compreende seis comunidades já reconhecidas: Monte Sião, Vila Formosa, Turé, Ipitinga Grande, Ipitinga Miri e 19 do Massaranduba. Atualmente, as comunidades Fabrica e Xavier estão em processo de inclusão. O território da AMARQUALTA possui titulação parcial pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e está aguardando a definição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Localizada na região do Alto Acará, essa comunidade se insere na zona rural do município de Acará, no estado do Pará. Acará faz parte da Microrregião de Tomé-Açú, situada no nordeste paraense, e é dividida em três regiões: Baixo Acará, Médio Acará e Alto Acará. Apenas a Região do Médio Acará abrange a zona urbana e partes da zona rural.

De acordo com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS Quilombola), que faz parte da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Acará (SEMADS), até o ano de 2023, pelo menos 40 comunidades quilombolas foram registradas no município. Essas comunidades estão localizadas na zona rural das regiões mencionadas, englobando tanto aquelas que possuem documentação quanto as que não a possuem, independente de terem uma Declaração da Fundação Cultural Palmares ou de serem tituladas ou não pelo INCRA e/ou ITERPA.

Na Região do Baixo Acará, encontra-se a maior concentração de comunidades quilombolas do município, que inclui os quilombos de Itacoã-Miri (o mais antigo), Guajará-Miri, Guajará, Jacarequara, Espírito Santo, Caranandeua, Monte Alegre, São Pedro, Boa Vista, São Miguel, Santa Maria, Paraíso, Itaporama, Tapera, entre outros.

Na Região do Médio Acará, estão localizadas três comunidades quilombolas: São Rosário, Mãe Efigênia e Espírito Santo.

Já na Região do Alto Acará, destacam-se os quilombos da Associação dos Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará (AMARQUALTA), da Associação dos Ribeirinhos, Quilombolas, Agricultores, Familiares e Pescadores do Vale do Acará (ARQVAR) e outras comunidades.

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo de 2022, a população quilombola em Acará era de 4.507, de um total de 59.023 habitantes.

Até o período da pesquisa, a AMARQUALTA contava com cerca de 1.800 moradores, entre adultos e crianças. Destes, 615 se identificam como quilombolas. Sendo aproximadamente 315 famílias. No entanto, apenas 107 pessoas têm acesso à internet, portanto a pesquisa foi direcionada a essas pessoas. Tendo alcançando 43% delas, ou seja, 46 indivíduos, dos quais 37 são mulheres e 9 são homens.

Sobre o questionário online, foi elaborado mediante ao levantamento teórico e levando em consideração os objetivos proposto na pesquisa. Foi construído na plataforma Google Forms, disponibilizado no período de 07 a 16 de junho de 2023, utilizando ainda para divulgação e coleta de dados a plataforma digital WhatsApp. Foi adotada escala adaptada com base na escala de Likert, com perguntas objetivas. Uma parte do questionário se destinou a entender o perfil da comunidade quanto as práticas de cultivo de mandioca e a outra parte procurou compreender a respeito da qualidade de vida do trabalho dos respondentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa ocorreu no período de 07 a 16/06/2023, destinada para as 107 pessoas que tem acesso à internet, alcançando pelo menos 43% (46 pessoas), sendo 37 mulheres e 09 homens.

4.1 Caracterização:

O diagnóstico foi realizado em parceria com a Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombola do Alto Acará (AMARQUALTA), que se dedica à prática da agricultura familiar na região do Alto Acará, situada na zona rural do Município de Acará, no Estado do Pará. Em 2022, Acará destacou-se ao figurar entre os três municípios que mais produziram mandioca na Região Norte do Brasil. De acordo com informações divulgadas:

O Pará se consagra como o maior produtor nacional de mandioca, com uma produção estimada em 4.060.716 toneladas, o que representa 21,95% de toda a produção brasileira e 61,57% da produção da Região Norte, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA). Os três principais municípios produtores de mandioca são Acará (responsável por 8,16% da produção), Baião (6,74%) e Óbidos (6,47%) (Oliberal.com, 2022).

Embora o Acará seja uma referência em produção de mandioca em nível estadual e na Região Norte, é importante ressaltar que isso não significa que o município seja o

maior produtor de farinha de mandioca. Quando se analisa especificamente a extração de produtos derivados da mandioca, outros municípios se destacam, o que não é o foco deste estudo.

As atividades agrícolas dos produtores iniciam-se com a cuidadosa seleção do caule ou haste a ser utilizada no plantio. Em seguida, ocorre a preparação da área destinada à roça e o manuseio do solo, que é realizado antes, durante e após a colheita das raízes de mandioca. O ciclo de cultivo se estende por um período que varia entre 14 a 16 meses após o plantio, tendo em vista que a colheita demanda mais de um ano. Por essa razão, os agricultores geralmente diversificam suas culturas e mantêm plantéis de animais, de modo a garantir uma fonte de renda adicional durante o intervalo de espera até a colheita.

A produção dos derivados da mandioca é bastante variada e inclui itens como farinha de mandioca, goma de tapioca, tucupi, crueira, além de folhas utilizadas para a produção da maniçoba, cascas que podem ser utilizadas na ração animal, e hastes que são reservadas para o replantio. Os retornos gerados por essas atividades desempenham um papel crucial na complementação da renda familiar. Conforme ilustrado na Tabela 01, os participantes do estudo aproveitam de diferentes maneiras a extração de produtos derivados da mandioca, destacando a importância econômica e social dessa cultura para a subsistência das famílias envolvidas.

Assim, a cadeia produtiva da mandioca na região de Acará não apenas revela a força da agricultura familiar, mas também destaca a necessidade de um olhar atento para as alternativas que garantam a sustentabilidade e a viabilidade econômica das comunidades agrícolas.

O retorno da atividade é um complemento para a renda da família, conforme a tabela 01, que demonstra de que maneira os participantes aproveitam a extração de produtos da mandioca:

**Tabela 01 – PRODUTOS E DERIVADOS DA PRODUÇÃO DE MANDIOCA.
AMARQUALTA, JUNHO/2023**

PRODUTOS EXTRAÍDOS DA MANDIOCA		
DESCRIÇÃO	QUANT.	%
FARINHA	3	6,5
FARINHA E TUCUPI	3	6,5
FARINHA, GOMA E TUCUPI	10	21,7
FARINHA E GOMA	3	6,5
FARINHA, GOMA, TUCUPI E CRUEIRA	3	6,5
FARINHA, GOMA, CRUEIRA E CASCA	2	4,5
APROVEITA TUDO	22	47,8
TOTAL	46	100

Fonte: Autores. Jun/2023

No Quadro 1, analisamos detalhadamente o aproveitamento da mandioca, destacando a quantidade de produtos que podem ser extraídos a partir de 100 quilos desse tubérculo. Ao processar 100 kg de mandioca para a extração de fécula, obtemos aproximadamente 18 kg deste produto. No entanto, o resíduo que sobra após a extração da fécula não é adequado para a produção de farinha, uma vez que se torna uma massa sem sabor, extremamente seca e, conseqüentemente, imprópria para o consumo humano. Essa fração residual, em vez de ser descartada, é direcionada para a produção de ração animal, contribuindo para a nutrição de rebanhos e aproveitando ao máximo os subprodutos gerados no processo.

Por outro lado, ao utilizar os mesmos 100 kg de mandioca exclusivamente para a produção de farinha, observamos um aumento significativo no rendimento, embora o custo final da farinha seja proporcionalmente mais baixo. Essa estratégia de produção pode ser vantajosa em determinadas condições, pois promove uma melhor utilização dos recursos e atende à demanda por farinha de mandioca, que é amplamente consumida. Sendo assim, a escolha entre a extração de fécula e a produção de farinha deve considerar

não apenas o rendimento e os custos envolvidos, mas também as necessidades do mercado e as possibilidades de aproveitamento dos resíduos.

Quadro 1 – Rendimento da Mandioca, AMARQUALTA, 2023.

Rendimento da Produção de Produtos e Derivados da Mandioca. 100 KG de mandioca		
Quantidade	Produto	Rendimento (R\$)
01 quilo	Resíduo (pelica)	0
17 quilos	Cascas	0
04 quilos	Crueira	0
43 litros	Tucupi (R\$ 1,00/L)	R\$ 43,00
18 quilos	Fécula (R\$ 5,00/KG)	R\$ 90,00
17 quilos	Farinha (R\$ 3,00/KG)	R\$ 51,00
Total		R\$ 184,00*

Fonte: Autores. Jun/2023

Na tabela 2 - Podemos observar que a forma utilizada pelos participantes, durante os processos que envolve o preparo do solo, plantio, colheita, extração dos produtos, comercialização e divisão em base. Dos participantes 28,3% utilizam a forma tradicional da produção; 23,9% responderam utilizar o método semi-industrial, que utiliza catitu (um ralador mecânico) e a prensa (um equipamento que dispensa o uso de tipiti para espremer a massa, nesse método perdesse todo o tucupi; 28,3% afirmam trabalhar no sistema de meieiro, que é dividir as tarefas do trabalho inicial ao processo final, ocorre entre famílias ou na mesma família, para acelerar a produção e diminuir a carga de serviços e pelo menos 17,3% afirmaram que utilizam diversos métodos combinados e sem especificação de como ocorre o processo misto, podendo ser manual, semi-industrial e meieiro ou uma combinação semi-industrial e meieiro e assim por diante.

Tabela 02 – CULTIVO, MANELO E PRODUÇÃO DOS DERIVADOS DA MANDIOCA. AMARQUALTA, JUNHO/2023

FORMAS DE TRABALHO COM A MANDIOCA		
DESCRIÇÃO	QUANT.	%
MANUAL	13	28,3
SEMI-INDUSTRIAL	11	23,9

FORMAS DE TRABALHO COM A MANDIOCA		
DESCRIÇÃO	QUANT.	%
INDUSTRIAL	0	0
VENDE IN NATURA, NÃO PRODUZ SISTEMA DE	1	2,2
MEIEIRO	13	28,3
FORMAS MISTAS	8	17,3
TOTAL	46	100

Fonte: Autores. Jun/2023

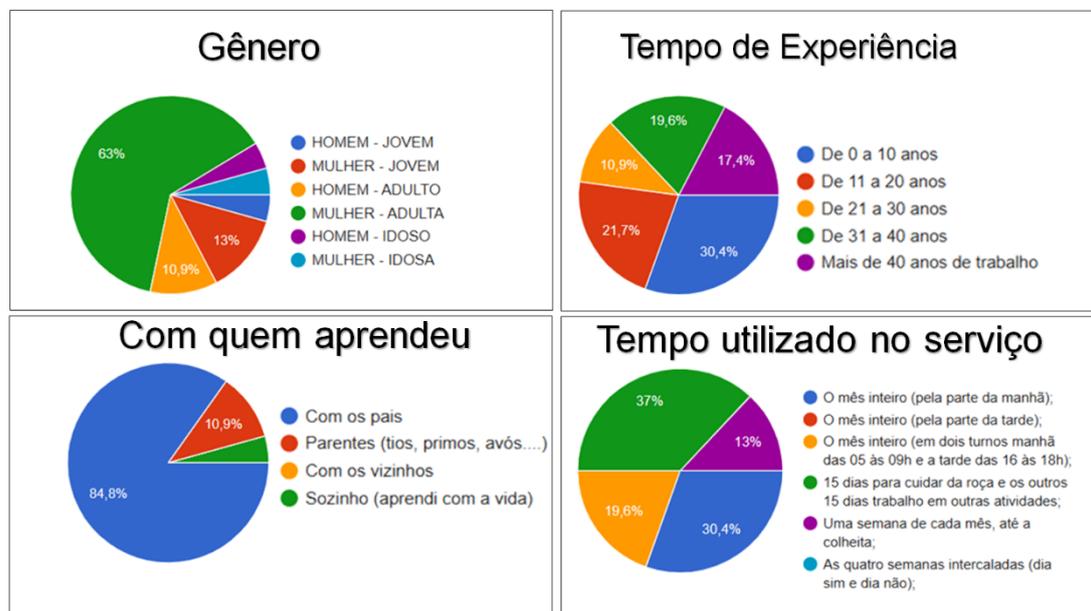
Nos gráficos da Figura 1, pode ser observado que dos 46 participantes a Na análise detalhada mostrada nos gráficos da Figura 1, observa-se que dos 46 participantes do estudo, a grande maioria é composta por mulheres. Desse total, 30,4% se identificam como mulheres-adultas e 13% como mulheres-jovens, enquanto apenas 10,9% se consideram homens-adultos. Essa composição de gênero reflete uma participação predominante feminina nas atividades de produção, o que pode ser um indicativo do papel fundamental das mulheres na agricultura familiar.

Em relação à experiência dos participantes, 30,4% deles possuem de 0 a 10 anos atuando como produtores. Esse fator pode ser atribuído, em parte, ao crescente envolvimento da juventude nas práticas da agricultura familiar. Além disso, outro fator relevante é a reconfiguração demográfica observada, com muitos remanescentes de comunidades que anteriormente se deslocaram para as áreas urbanas agora retornando para seus quilombos e reiniciando as atividades de produção agrícola.

Por outro lado, chama atenção o fato de que 17,4% dos participantes possuem mais de 40 anos de experiência com a cultura da mandioca. Isso sugere que, dentre aqueles que se auto identificam como adultos, muitos provavelmente começaram a trabalhar com a mandioca ainda na infância, refletindo uma tradição que se perpetua ao longo das gerações. A afirmação sobre a experiência acumulada ao longo das décadas se reforça com o dado de que 84,8% dos participantes relataram ter aprendido a cultivar mandioca com seus pais. Esse aprendizado intergeracional é essencial para a preservação das técnicas e saberes relacionados a essa cultura tão importante.

Quanto à organização do trabalho, os dados revelam diferentes abordagens em relação ao tempo dedicado ao cultivo da mandioca. Um expressivo 37% dos participantes declarou que trabalha 15 dias consecutivos na roça, dedicando os demais dias do mês a outras atividades agrícolas. Já 30,4% dos participantes optam por trabalhar durante todo o mês com a mandioca, preferindo realizar suas atividades no período da manhã. Esse horário é escolhido por ser mais tranquilo e ameno, permitindo um trabalho mais seguro. É importante ressaltar que, nas áreas destinadas ao plantio da mandioca, a umidade do solo é baixa e as condições de calor intenso podem tornar o trabalho extremamente desafiador e até perigoso, tanto na plantação quanto nas casas de farinha, conhecidas como “retiros”. Essas informações são cruciais para entender não apenas a dinâmica de produção, mas também as condições de trabalho enfrentadas pelos agricultores, especialmente em um contexto de mudanças climáticas e desafios ambientais.

Figura 1 – Caracterização dos Produtores



Fonte: adaptação das autoras. Jun/2023

Nos gráficos da Figura 2, podemos observar que 50% dos produtores dividem o produto extraído da mandioca da seguinte forma: metade da produção vendem em feiras e a outra metade utilizam para o consumo em família; 36,6% vedem partes da produção para atravessadores e a outra metade utilizam para o consumo em família e pelo menos

6% afirmaram não comercializar o produto, utilizando tudo para o consumo da família, isso ocorre porque algumas famílias no quilombo cultiva o costume de utilizar a farinha como a principal fonte de alimento. Quanto a finalidade de comercialização: 41,3% afirmaram que a produção corresponde a 50% da renda da família; outros 41,3% afirmaram que a produção é uma renda extra da família e pelo menos 6,9% afirmaram que é a renda principal da família.

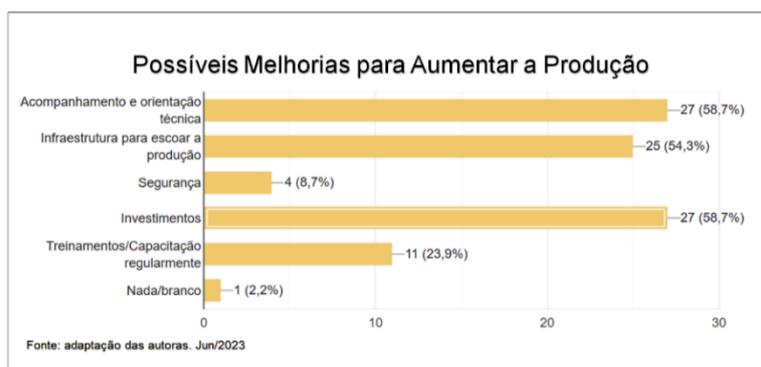
Figura 2 – Caracterização dos fins de uso dos Produtores



Fonte: adaptação das autoras. Jun/2023

Na Figura 3, podemos observar que os participantes desejam algumas melhorias para que ocorra o aumento de suas produções com qualidade, a questão permitia que cada participante marcasse mais de uma opção, sendo assim 58,7% dos participantes desejam que ocorra o acompanhamento e orientação técnica de profissionais; 54,3% desejam que ocorra melhorias na infraestrutura para que possa escoar a produção, por ser uma região localizada na zona rural partes do acesso é pelo rio e por estradas de chão, a maioria dos produtores precisam pagar fretes que variam entre R\$ 3,00 a R\$ 7,00 por saca; 6,7% desejam que a segurança seja melhorada, ocorre que com a locomoção da produção, muitos produtores perdem seus produtos durante a viagem; 58,7% desejam receber treinamento/capacitação para aprimorar as técnicas com o manejo e produção e apenas 2,2% marcou nada/branco.

Figura 3 – Possíveis Melhorias para aumentar a Produção da Mandioca



Fonte: adaptação das autoras. Jun/2023

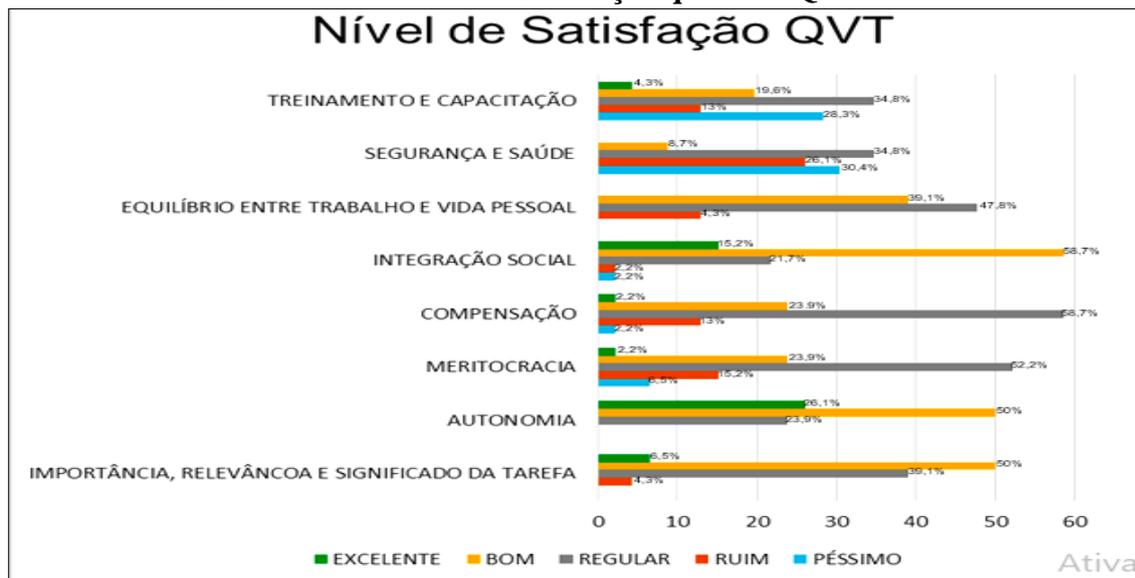
Através do Gráfico 02, pode-se observar que dos 46 participantes consideram como nível de satisfação bom: autonomia 50%; integração social 58,7% e importância, relevância e significado da tarefa 50%. Por outro lado os participantes alegam nível de satisfação regular: Treinamento e Capacitação 34,8%; segurança e Saúde 34,8%; equilíbrio entre trabalho e vida pessoal 47,8%; Compensação 58,7 e Meritocracia 52,8%.

A Autonomia segundo os participantes, alegam fica entre os níveis de satisfação Bom e Excelente com 76,1%; e 56,5% alegam um nível de satisfação bom e excelente para a Importância das tarefas.

Quanto aos níveis de insatisfação observa-se que dos 46 participantes 41,3% alegam o nível de insatisfação péssimo e ruim, quanto Treinamento/capacitação; por outro lado 56,5% alegaram o nível de insatisfação péssimo e ruim quanto a segurança e saúde.

Sugerindo portanto, um estudo sobre os níveis de satisfação abaixo do desejado, para fins de solucionar a problemática apresentada.

Gráfico 02 – Níveis de Satisfação quanto a QVT



Fonte: adaptação das autoras. Jun/2023

5 ANÁLISE

Com base na análise dos indicadores que demandam melhorias, foi elaborado um Plano de Ação utilizando a ferramenta 5W1H, que consiste em seis perguntas fundamentais: What (O quê?), Why (Por quê?), Where (Onde?), When (Quando?), Who (Quem?) e How (Como?). Essa abordagem, conforme exposta por Peinado Graeml (2007), facilita a sistematização do diagnóstico e a proposta de soluções.

Nesse contexto, foram sugeridas ações específicas para abordar as deficiências identificadas nos indicadores de treinamento, capacitação e segurança e saúde dos colaboradores. Um dos principais desafios é o baixo nível de instrução escolar entre os participantes, que limita a sua capacidade de absorver e compreender conceitos teóricos. Essa dificuldade faz com que se torne essencial que os instrutores utilizem métodos de

ensino mais dinâmicos, que incluam atividades práticas e ilustrativas, de modo a tornar o aprendizado mais acessível.

Diante dessa realidade, é imperativo que as aulas sejam planejadas de forma a priorizar a clareza e a eficácia da comunicação. O uso de materiais audiovisuais, por exemplo, pode ser uma alternativa valiosa para complementar as informações escritas, proporcionando uma melhor compreensão dos tópicos abordados. Além disso, a realização de atividades práticas que remetam à aplicação real dos conceitos discutidos ajudará a fixar o aprendizado e a motivar os participantes.

Ademais, o envolvimento ativo dos instrutores neste processo é crucial, pois eles devem estar preparados para adaptar suas abordagens de ensino conforme as necessidades do grupo, promovendo assim um ambiente de aprendizado mais inclusivo e produtivo. É fundamental também que haja um acompanhamento contínuo do progresso dos participantes, permitindo ajustes nas estratégias de ensino e garantindo que todos consigam acompanhar os módulos propostos.

Por fim, o Plano de Ação deve ser revisado periodicamente, considerando o feedback dos participantes e os resultados observados, com o intuito de promover melhorias contínuas e efetivas na capacitação e no ambiente de trabalho, contribuindo para a segurança e a saúde de todos os colaboradores. Conforme descreve o Quadro 01 sobre o Plano de Ação sugerido:

Quadro 01 - Plano de Ação 5W1H

Problemas	Treinamento/capacitação	Segurança e saúde
O que?	Promover treinamento e capacitação adaptado para não alfabetizados ou com baixa leitura.	Promover orientação sobre manejo da produção com qualidade de saúde e segurança
Por quê?	Durante a pesquisa, identificou-se que há falta de treinamento e capacitação dos respondentes quanto ao manejo da mandioca; Pode estar ocorrendo uma limitação na compreensão dos	Durante a pesquisa, identificou-se que há falta de segurança e saúde dos respondentes quanto ao manejo da mandioca Os produtores não possuem informações adequadas quanto aos hábitos saudáveis de higienização nos

Problemas	Treinamento/capacitação	Segurança e saúde
	serviços de capacitação, sendo que os participantes possuem baixa instrução escolar.	retiros e casas de farinha, o mesmo ocorre quanto a segurança na manipulação de ferramentas.
Onde?	Quilombo Alto do Acará	
Quando?	2º Semestre de 2023	
Quem?	Remanescentes Quilombolas que produzem mandioca e residem nas comunidades quilombolas que compõem o quilombo Alto do Acará	
Como?	A resolução dessa situação de daria por meio de implementação de investimentos e criação/ampliação de políticas públicas voltadas ao quilombo específico e as comunidades quilombolas como um todo.	

Fonte: adaptação das autoras. Jun/2023

Com base nos dois problemas identificados, é evidente a necessidade urgente de implementar investimentos direcionados ao setor agrícola do quilombo. É fundamental priorizar o treinamento e a capacitação dos produtores locais, assegurando que dispõem das habilidades e conhecimentos necessários para maximizar sua produção e sustentabilidade. Além disso, é imprescindível a efetivação e inclusão de políticas públicas que beneficiem a agricultura familiar dos quilombolas, abrangendo toda a comunidade.

A fim de fortalecer essa iniciativa, também é necessário ampliar as políticas já existentes que garantam a segurança alimentar e a saúde dessa população. A promoção de uma abordagem integrada que una treinamento, apoio político e garantias de saúde pode transformar a realidade agrícola do quilombo, promovendo a autonomia dos produtores e o fortalecimento das comunidades quilombolas como um todo. Dessa forma, será possível não apenas enfrentar os desafios atuais, mas também criar um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável e a valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais na agricultura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ferramentas empregadas neste contexto oferecem uma capacidade aprimorada para a análise das problemáticas existentes no ambiente, fornecendo um suporte fundamental para a elaboração de estratégias de melhoria. A metodologia 5W1H, que se concentra em perguntas essenciais como "O quê?", "Por quê?", "Quem?", "Quando?", "Onde?" e "Como?", se destaca como uma ferramenta poderosa nesse processo. No entanto, é importante ressaltar que estudos futuros devem explorar mais a fundo as especificidades do quilombo e de sua população, a fim de trazer à tona as nuances que são cruciais para o desenvolvimento de intervenções eficazes.

Quando o objetivo é aprimorar a satisfação e o bem-estar nas comunidades quilombolas, é fundamental considerar uma variedade de fatores interconectados. Aspectos logísticos, a configuração do território, os recursos naturais disponíveis, o nível de instrução dos membros da comunidade e as técnicas específicas que podem ser empregadas são apenas alguns dos elementos que precisam ser levados em conta. Muitos desses fatores só se tornam evidentes através de uma observação atenta e de um estudo aprofundado sobre a interação entre o ser humano e o meio ambiente nos quilombos da Amazônia.

Assim, um entendimento holístico que envolva a dinâmica social, cultural e econômica das comunidades quilombolas é crucial. É necessário um esforço colaborativo entre pesquisadores, membros da comunidade, e outras partes interessadas para garantir que as intervenções propostas sejam sensíveis às realidades locais e promovam um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Dessa forma, será possível não apenas abordar as questões imediatas, mas também contribuir para a construção de um futuro mais promissor para essas comunidades, respeitando suas singularidades e promovendo sua autonomia.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Vicente Falconi. TQC - Controle de qualidade total. 2.ed. São Paulo: Bloch Editores, 1992.

COUTINHO, Crystiane Amaral. Maciel, Marinalva Cardoso. Quilombagem na Amazonia Paraense: resistência e defesa do território na região do Alto do Acará/PA e a influencia da Administração Científica. In: XII CONGRESSO BRASILEIRO DE PESQUISADORES NEGROS, 2024, Belém-Pa

Couto, Tathiane Silva. Lima, Geraldo Alves. Cultura Organizacional: Um Olhar Sobre a Importância do Administrador em Organizações Culturais. pág 164 a 175- Conhecimento De Gestão. Organização: Flavio Rafael Bonamigo {et al.} - Araguaína: Facedo, 2016.

Fernandes, E. C. (1996). Qualidade de vida no trabalho: Como medir para melhorar Salvador, BA: Casa da Qualidade.

Ferreira, M. C. (2016). Qualidade de vida no trabalho: Uma abordagem centrada no olhar dos trabalhadores (3rd ed.). Brasília, DF: Paralelo 15.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades-Pesquisas Acessado em 20/08/2024. Disponível: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/acara/pesquisa/10102/122229>

Lima, Ana Renata Do Rosário de; Universidade Federal do Pará. Revoltas Camponesas no Vale do Acará-Grão-Pará (1822-1840). Belém, 2002. 154 f.: Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, 2002.

Marin, Rosa Elisabeth Acevedo. Camponeses, Donos de Engenhos e Escravos na Região do Acará nos Séculos XVIII e XIX (Paper 153). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/papersnaea.v9i1.11672>. acessado em 03/11/2023.

Medeiros, Jamilli. Garvey, Brian. - Expansão do Dendê e os Quilombolas do Alto Acará, Pará, pag 33-43. – Revista Amazônia em Fluxo Daniela Stefano, Brian Garvey e Francis Portes Virginio (organização) 1. ed.-São Paulo: Outras Expressões, 2021. isbn 978-65-87389-14-1

Moura, Clóvis. "A Quilombagem como Expressão de Protesto Radical" - 2001, disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.phd/4408011>

Moura, Clóvis. "A Quilombagem como Expressão de Protesto Radical" - novacultura.info 20/11/2020, disponível em: <https://www.novacultura.info/post/2020/11/20/moura-a-quilombagemcomo-expressao-de-protesto-radical>. acessado em 03/11/2023.

Moura, Clóvis. O Negro, de Bom Escravo a Mau Cidadão? 2. Ed. –São Paulo: Editora Dandara, 2021.

Moura, Clóvis. Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições e Guerrilhas. 3ª Ed – São Paulo. Ciências Humanas. 1981. 282 p.

OLIBERAL.COM, Belém-PA, 02/06/2023. Seção Economia. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/economia>>. Acesso em: 17/06/2023.



Silva, J. M. O Território Quilombola do Alto Acará/Pa Como Resistência à Expansão do Agronegócio do Dendê. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2020.

Teixeira, Elizabeth. As Três Metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 4. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Teixeira, M. S. dos S. P., & Amoras, M. Do S. R. (2022). A Interseccional Idade como Chave Analítica para a Luta Anticolonial das Mulheres Negras na Amazônia. *Revista da ABPN (online)*, 14(edição#227;o especial), 46–67.

Vergara, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração* – 5. Ed. – São Paulo: Atlas, 2004

Zambello, Aline Vanessa {et al.} *Metodologia da Pesquisa e do Trabalho Científico*; organizador: Thiago Mazucato. Penápolis: FUNEPE, 2018.